



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Ata da 164ª reunião, realizada em 15 de julho de 2015

1 Em 15 de julho de 2015, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental
2 (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
3 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
4 presidente Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e
5 Desenvolvimento Sustentável; Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de
6 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Inês Tourino Teixeira, da Secretaria de Estado
7 de Educação; Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
8 (Seplog); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras
9 Públicas (Setop); Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru); Miguel Corrêa da Silva Júnior e Vinícius
11 Barros Rezende, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes);
12 José Guilherme Ramos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
13 Suzana Campos de Abreu, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Juliana Veríssimo
14 Pacheco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e do Nordeste de
15 Minas Gerais (Sedinor); Gibran Conde Guedes, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
16 Carlos Eduardo Ferreira Pinto, da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (PGJ); Marco
17 Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
18 Renováveis (Ibama); Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e
19 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Vívian do
20 Carmo Bellezzia, da Associação Mineira de Municípios (AMM) – representantes do poder
21 público; Fabiano Blanc Xavier, da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas);
22 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
23 Gerais (Faemg); Adair Evangelista Marques, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
24 Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria;
25 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
26 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração
27 (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais
28 (CMI); Célia Regina Alves Rennó, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
29 (Abes); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Gláucia
30 Moreira Drummond, da Fundação Biodiversitas para Conservação da Diversidade; Luiz
31 Henrique Martins, da Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento
32 Sustentável e Defesa Social; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação
33 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Miguel Ângelo Andrade, da Pontifícia Universidade
34 Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Marília Mendes Alves, do Conselho Regional de
35 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos
36 Advogados do Brasil (OAB); Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de
37 Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em**
38 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
39 **ABERTURA.** O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz declarou aberta a 164ª reunião do Plenário
40 do Conselho Estadual de Política Ambiental e deu boas-vindas aos conselheiros. **3)**
41 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** A conselheira Célia Regina
42 Alves Rennó comunicou que esta será a última reunião do COPAM de que irá participar como
43 representante do Crea, considerando as eleições na entidade, e registrou convite para a posse

44 da nova diretoria, no dia 3 de agosto. “Eu gostaria de agradecer a todos vocês por essa
45 participação e esse convívio, durante esses anos, e por esse aprendizado que tivemos. Mas eu
46 acho muito importante esse processo eleitoral e tenho certeza de que a doutora Mônica vai
47 fazer essa substituição muito bem feita.” O conselheiro Adriano Nascimento Manetta manifestou
48 posição contrária à instrução normativa que está sendo discutida no âmbito do Instituto Estadual
49 de Florestas (IEF) relativa a compensação florestal em área de mata atlântica e registrou as
50 seguintes solicitações acerca do assunto: – Que seja suspenso o texto da DN 73, considerando
51 que a compensação deveria ser feita “por área equivalente”; e seja “reconhecida a suspensão
52 da eficácia da compensação de duas vezes prevista na DN 73; – Que seja incluída a
53 representação da Câmara do Mercado Imobiliário no Grupo de Trabalho; – Que a discussão
54 seja feita “sob a ótica da reestruturação da SEMAD”, de forma participativa; – Que o IEF volte a
55 analisar os processos de compensação e não paralise as análises, independentemente das
56 discussões vigentes sobre a instrução normativa. O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz
57 comentou sobre a compensação de mata atlântica. “No mérito, eu entendo que a regra estadual
58 pode, sim, ser mais restritiva que a federal. No caso de mata atlântica, eu acho que até seria
59 conveniente que a nossa fosse um pouco mais restritiva mesmo. Quanto a participar da
60 discussão, estamos completamente abertos. Foi apresentado um texto de instrução como
61 sugestão e aberto um prazo para envio de contribuições.” O presidente informou ainda que as
62 análises de processos de compensação já foram retomadas pelo órgão ambiental. A diretora-
63 geral do IEF, Adriana Araújo Ramos, prestou os seguintes esclarecimentos: “Dada a relevância
64 do tema, foi definido junto com a Sgrai (Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental
65 Integrada, da SEMAD) e achamos por bem regulamentar. Na primeira reunião que tivemos,
66 vários processos retornaram com pedido de vista e outros problemas, exatamente por essa
67 lacuna, essa dificuldade e os diferentes entendimentos colocados pelos vários segmentos. Eu
68 acho que é bem razoável esse critério de dois para um. Nós estamos trabalhando com toda
69 técnica, não tem nada definido, e todos que têm assento na CPB (Câmara de Proteção à
70 Biodiversidade e Áreas Protegidas) estão participando dessa discussão. Foram recebidas 80
71 contribuições de todos os segmentos. O objetivo é chegarmos a uma melhor definição de um
72 indicador ambiental, não de uma questão social e econômica. Eu acho que isso é possível,
73 viável, e é a nossa intenção. Os processos não estão paralisados. Hoje foram aprovadas seis ou
74 sete compensações em mata atlântica. Dentre os processos que foram retirados de pauta, por
75 unanimidade, pelos membros da CPB, ou baixado em diligência, um é da Codevasf, em que
76 veio, exatamente, uma proposição dessa compensação de um por um. O que estamos tentando
77 fazer nada mais é do que dirimir essas questões, para que não fiquemos com esses embates
78 intermináveis numa câmara.” A diretora-geral do IGAM esclareceu ainda que será remarcada a
79 reunião do Grupo de Trabalho que discute a instrução normativa e que todos os setores serão
80 comunicados. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira apoiou a manifestação do
81 conselheiro Adriano Nascimento Manetta, destacando que “se trata realmente de matéria
82 complexa e de difícil discussão, mas que deverá ser tratada”. O conselheiro registrou ainda as
83 seguintes considerações sobre o programa ‘Nosso Ambiente’, da Faemg: “A Federação da
84 Agricultura vem se conduzindo, ao longo de tantos anos, como entidade, eminentemente,
85 política, que defende interesses sociais, econômicos e ambientais do produtor rural. Agora
86 estamos mudando um pouco a linha de ação e mergulhando com muita força no que chamamos
87 de sustentabilidade. Para isso, criamos esse programa ‘Nosso Ambiente’. Pretendemos
88 incentivar e apoiar práticas ambientais na propriedade rural, além daquelas que já são
89 praticadas, buscar o aumento das áreas de recarga hídrica, recuperar e conservar nascentes,
90 realizar eventos que contribuam para essas ações etc. Isso será feito com capacitação de
91 pessoas, parcerias e monitoramento.” O conselheiro Wagner Soares Costa manifestou apoio à
92 posição registrada pelo conselheiro Adriano Nascimento Manetta sobre a instrução normativa da
93 mata atlântica e informou que sua entidade também encaminhou diversas proposições para

94 avaliação do Grupo de Trabalho. “Pela notícia das 80 contribuições, o assunto é, realmente,
95 bastante sério, e nós precisamos trabalhar mais para ficar bem entendido. Porque, na verdade,
96 não atinge, especificamente, um determinado setor produtivo, está atingindo, de forma bastante
97 intensa, diversos setores produtivos. Da forma como foi colocado, todo o setor produtivo vai ter
98 problema.” O conselheiro Adriano Nascimento Manetta reiterou seu pedido para participar do
99 Grupo de Trabalho e ressaltou: “Quero lembrar que dois para um é um dos parâmetros que
100 ensejam a conclusão, mas o que a instrução normativa está propondo é três para um”. A
101 conselheira Maria Dalce Ricas questionou à SEMAD por que foi encaminhada, à Assembleia
102 Legislativa, proposta de delegação de competência de licenciamento e fiscalização ambiental
103 aos municípios sem a conclusão sobre a definição de impacto local e sem passar pelo COPAM.
104 “Foi aprovada, na semana passada, na Assembleia, uma lei cujo teor inicial era perdão de
105 multas ambientais. Foi mandado projeto de lei dando competência de municipalizar o
106 licenciamento, o que já é previsto em DN do COPAM e na Lei Complementar 140. Na
107 Assembleia, foi aprovado um artigo a mais, pegando carona na lei da anistia, o Artigo 17, que
108 diz que o Estado poderá delegar aos municípios a competência para promover licenciamento e
109 fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores.
110 Eu entendo que isso tenha a intenção de retirar do COPAM a competência, inclusive,
111 mencionada na Lei Complementar 140.” O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz registrou os
112 seguintes esclarecimentos: “A ideia da municipalização vem, justamente, no sentido de o
113 Executivo resgatar essa discussão, inclusive, reabrindo a possibilidade de o próprio COPAM se
114 manifestar, porque já tramitavam na Assembleia pelo menos duas proposições legislativas em
115 que os deputados resolveram fazer uma legislação que permitisse essa abertura e que não
116 deixavam espaço para nenhuma regulamentação de lei por intermédio de decreto no Executivo
117 nem pelo COPAM. Havia um projeto de lei tramitando, de autoria do deputado Ivair Nogueira, e
118 o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Cássio Gonçalves, anunciou que ele
119 também apresentaria uma proposição nessa linha, porque não tinha como ficar esperando as
120 regras que compunham a norma que este Conselho estabeleceu. Como a ideia era votar antes
121 do recesso legislativo, nós nos apressamos em mandar um projeto que retoma para o Executivo
122 a regulamentação dessa municipalização. A definição de impacto local não seria feita antes que
123 os deputados tomassem para si, como fizeram, a tarefa de possibilitar a abertura de que, pelo
124 menos, parte dos processos de licenciamento fosse levada ao âmbito dos municípios. Por essa
125 razão, nós apresentamos esse projeto, que, com o texto que foi construído, retoma para o
126 Executivo a possibilidade de tratar sobre essa matéria, o que não ocorreria se os textos que
127 estavam tramitando fossem aprovados e convertidos em lei.” O chefe de Gabinete da Fundação
128 Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Germano Luis Gomes Vieira, coordenador do Grupo de
129 Trabalho instituído pela SEMAD para definição de impacto local, esclareceu sobre a paralisação
130 das discussões. “No segundo semestre do ano passado, houve a decisão de encerrar o grupo e
131 encaixá-lo dentro de uma proposta de revisão da DN 74. Na ocasião, foi proposto inserir a
132 Diretiva de 2009 nas discussões de uma revisão não só de código, mas também
133 conceitualmente, ambiental, do que é a DN 74. A questão do impacto local foi incorporada ao
134 novo Grupo de Trabalho, que se encerrou em dezembro de 2014, com um relatório executivo
135 que foi apresentado na última reunião do Plenário do COPAM e aprovado pelo Plenário. A partir
136 daí, não teve nova designação do GT, e o grupo não teve continuidade.” Após a manifestação
137 do coordenador do GT, o presidente Luiz Sávio de Souza Cruz orientou que o Grupo de
138 Trabalho seja retomado com a publicação de nova composição, considerando alterações de
139 representantes no novo governo. O conselheiro Adriano Nascimento Manetta solicitou que a
140 Câmara do Mercado Imobiliário (CMI) faça parte do Grupo de Trabalho para definição de
141 impacto local, caso esse seja retomado. O conselheiro Wesley Antônio Tadeu Monteiro
142 Cantelmo também manifestou o interesse da Sedru em participar do GT. O presidente Luiz
143 Sávio de Souza Cruz determinou a republicação do Grupo de Trabalho incluindo as

144 representações da CMI e da Sedru. A conselheira Maria Dalce Ricas questionou quando seriam
145 apresentadas ao Plenário as propostas elaboradas pela força-tarefa do governo. O presidente
146 Luiz Sávio de Souza Cruz informou que duas propostas da força-tarefa foram transformadas em
147 leis: referentes aos autos de infração e à municipalização da fiscalização e do licenciamento
148 ambiental. Quanto ao projeto de reestruturação do Sisema, informou que foi criado um grupo
149 para redigir uma proposta, que será apresentada ao COPAM logo que estiver formatada.
150 Segundo o presidente, foi criado ainda um grupo de acompanhamento de outras medidas de
151 natureza administrativa, como revisão de termo de ajustamento de conduta com o Ministério
152 Público, questões de pessoal, como a possibilidade de chamamento de servidores para fazer
153 hora extra, para atuar com passivos de processos, além de implementação e otimização de
154 sistemas. A conselheira Maria Dalce Ricas reiterou pedido de informações sobre a situação
155 fundiária da Estação Ecológica do Cercadinho. “Tem um dossiê na Assembleia mostrando que
156 são terras públicas”, destacou a conselheira. O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz informou
157 que verificará se a consulta à SEPLAG foi feita e caso não tenha sido feita, será enviada e o
158 Plenário será informado. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento fez o seguinte
159 registro: “Espero que, na regulamentação do decreto, nós possamos discutir. É necessário
160 mudar, mas a questão são os caminhos. Ontem, eu estava no Ministério Público Federal com
161 alguns atingidos pela hidrelétrica de Irapé, reunido com o procurador-geral. Irapé recebeu a LO
162 em 2005, a renovação de licença em 2011. A Cemig saiu da renovação com 57 condicionantes,
163 e agora continuamos com pendências. Dos 650 reassentados, só 40% têm título da terra até
164 hoje. Eu queria aproveitar e renovar a solicitação ao senhor (presidente do COPAM) e à diretora
165 do IEF no sentido de que convoquem uma reunião da CAP (Câmara de Atividades
166 Agrossilvopastoris), para vocês se manifestarem, formalmente, enquanto governo, sobre o
167 Bolsa Verde e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Estado deve dois anos de pagamento do
168 Bolsa Verde. Nós (Fetaemg) e a Faemg, que incluímos no programa a maioria dos 3.000
169 agricultores familiares e produtores rurais, somos procurados por eles. O governo tem que dar
170 um posicionamento oficial e colocar um horizonte. Quanto ao CAR, não se pode acessar crédito
171 se não tiver o CAR. E em 2013 nós assinamos 300 mil contratos para a agricultura familiar.” **4)**
172 **EXAME DA ATA DA 163ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 163ª
173 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 22 de abril de
174 2015. **5) INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DO COPAM.** **Indicação de quatro**
175 **representantes do COPAM, sendo dois titulares e dois suplentes, que irão compor o**
176 **Grupo de Trabalho para elaboração de lista de regulados e cronograma para inclusão**
177 **gradativa no Programa de Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do**
178 **Estado de Minas Gerais. Resolução Conjunta SEMAD/FEAM 2275/2015). Por meio de**
179 **consenso entre os conselheiros presentes nesta sessão, foram indicados e, em seguida,**
180 **aprovados por unanimidade pelo Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos os**
181 **seguintes membros para compor o Grupo de Trabalho para elaboração de lista de regulados e**
182 **cronograma para inclusão gradativa no Programa de Registro Público de Emissões de Gases de**
183 **Efeito Estufa do Estado de Minas Gerais: 1) Titular: Associação Brasileira de Engenharia**
184 **Sanitária e Ambiental (Abes). Suplente: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e**
185 **Abastecimento (Seapa). 2) Titular: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais**
186 **(Fiemg). Suplente: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). O**
187 **presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Diogo Soares de Melo Franco, informou**
188 **que o Grupo de Trabalho está aberto à participação de todos. “Os titulares e suplentes poderão**
189 **deliberar, mas essa escolha não exclui a participação de demais interessados do COPAM.” 6)**
190 **APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE A FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE**
191 **EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS (HIDROEX).** O secretário
192 de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Miguel Corrêa da Silva Júnior, fez
193 apresentação institucional sobre o Hidroex. “É importante compreender que, talvez em relação à

194 visão que tínhamos sobre o Hidroex, de que ele tinha, exclusivamente, o exercício de sua
195 atuação na Cidade das Águas, esse empreendimento vultoso na cidade de Frutal acabou
196 norteando um pouco o foco da discussão em torno do Hidroex. Então eu queria que todos vocês
197 tivessem uma leitura e compreensão de que o Hidroex é muito além disso e tem muito mais
198 ações sólidas nesse caminho e uma proposta, inclusive, de readequação do seu modelo”,
199 destacou o secretário no início de sua exposição. Especificamente sobre a Cidade das Águas, o
200 secretário destacou uma parceria com o governo federal. “A Cidade das Águas é um dos
201 programas dentro do Hidroex, com sede em Frutal, que envolve um complexo que tem como
202 foco a pesquisa. Criado pelo governo federal, o Instituto Nacional das Águas não tem uma sede,
203 e o Ministério da Ciência e Tecnologia está buscando essa sede para pesquisa em águas.
204 Poderia haver um aproveitamento maior da área e se utilizaria um pouco do espaço. O
205 redesenho propiciou o aproveitamento total do local e o redimensionamento do que era a
206 atividade de pesquisa. E, de fato, se tornaria um equipamento de referência nacional e
207 internacional de uso e estudo em águas, aproveitando uma infraestrutura robusta e dando nova
208 dimensão. Esse é um dos projetos.” Após a exposição, Miguel Corrêa da Silva Júnior Miguel
209 esclareceu questões destacadas pelos conselheiros. Segue síntese das manifestações.
210 Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Eu quero parabenizar pela iniciativa de retomar esse
211 programa. A PUC é parceira, inclusive, com uma participação muito ativa numa construção de
212 uma rede bem capilar. No entanto, não sei por quais motivos, houve um esfriamento do
213 processo de construção, entendendo que há a Cidade das Águas, além das universidades,
214 condomínios literalmente temáticos distribuídos ao longo do Estado. Certamente, isso não
215 interfere na possibilidade de se retomar e fortalecer esse espaço. Nós temos programas da
216 Unesco em Minas Gerais que eu acho que têm que se fortalecer entre si. Então eu deixo aqui
217 esse apelo e o convite a todos os conselheiros. Hoje a PUC coordena o Comitê Estadual da
218 Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, um programa da Unesco. Estamos passando por
219 reconhecimento, em setembro, e ficam o convite e a necessidade do envolvimento dos diversos
220 setores, sobretudo aqueles que já estão instalados. E também reforçar a disponibilidade de o
221 Comitê discutir a questão do Hidroex, para se fortalecer institucionalmente, para que sejam
222 figuras coirmãs, para que todos esses fatos e temas sejam fortalecidos.” Secretário Miguel
223 Corrêa da Silva Júnior: “Havia paralisação total das obras desde outubro de 2014, o que
224 implicou em alguns outros problemas na sua retomada. Havia também uma visão nova de que
225 não é possível conduzir um programa desse sem articulação com as universidades e que
226 também não era possível sem a atuação maciça do governo federal. E não era mais desejo do
227 nosso governo, especialmente pelo momento econômico que o país, o estado e o mundo vivem,
228 aquela dimensão, especialmente, que se propunha, que era uma visão internacional, uma conta
229 internacional muito alta. Então nós tínhamos que rediscutir esse redimensionamento e essa
230 reorganização das suas responsabilidades e o uso do Estado.” Conselheira Inês Tourino
231 Teixeira: “Em 2011, a Secretaria de Educação fez um acordo de cooperação com o Hidroex.
232 Nós estivemos lá, estava começando, e vejo que agora ampliou. A proposta, inicialmente, foi de
233 capacitação com professores de Frutal. Nós até questionamos e queríamos um programa de
234 educação para as águas com uma demanda maior para o Triângulo, inclusive Uberaba. Eles
235 fizeram a parceria, fizeram capacitação, e às vezes perguntávamos, mas não tivemos
236 conhecimento de como foi o desdobramento da proposta da capacitação. A proposta era muito
237 rica, fizemos reuniões com os diretores do município, e era dentro dessa linha de educação para
238 as águas. Tinha uma proposta também de material, eles estiveram na Secretaria, e nós demos
239 esse parecer. Depois ficávamos sem saber, e não tivemos mais um feedback do
240 desdobramento. E me parece que o Hidroex agora vem com uma proposta. Eu estive na reunião
241 do programa ‘Cultivando Água Boa’. Querem fazer uma parceria, e existe uma proposta de um
242 programa com as escolas públicas. Eu acho que é importante ampliar para a região do
243 Triângulo, porque me parece que ficou mais restrito ao município de Frutal. Eu acho importante

244 abrir para outras regiões.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Considerando a articulação da
245 educação ambiental na SEMAD, considerando a precariedade/pobreza das casas de
246 pesquisadores nas unidades de conservação, que são responsáveis por proteger grande parte
247 das nascentes em Minas, e que o Cetec foi sucateado, inclusive a grande estrutura física
248 custeada com dinheiro público, nós esperamos realmente que o Hidroex não se torne um
249 elefante branco. Uma das primeiras missões de vocês, talvez seria informar para a COPASA,
250 em decorrência da declaração, que com as obras do Paraopeba, nós teremos 25 anos de água
251 garantida, que antes de contar com a água, ela tem que existir. Pergunto quanto foi gasto e qual
252 a origem dos recursos?” Miguel Correa: O projeto total irá consumir em torno de
253 R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), referentes a construção física, dos
254 laboratórios e infraestrutura, considerando que 90% do projeto foi concluído e 50% do projeto
255 pago, considerando as readequações. O governador pediu que eu ficasse na Presidência do
256 Hidroex, visando uma reestruturação da política, especialmente pela crise hídrica, que o projeto
257 não se tornasse um “elefante branco” e foi necessária uma articulação federal. Conselheiro
258 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: Eu, sinceramente, acho que, se os Comitês de Bacia
259 não estiverem fortemente engajados nesse programa... Na questão das águas, o papel dos
260 Comitês é da maior relevância. Nessa situação que está se denominando de ‘crise hídrica’, que,
261 para nós, é uma crise, essencialmente, de gestão, não vai se resolver. Quem está
262 acompanhando os seminários na Assembleia Legislativa vê a riqueza das discussões, que
263 chegam a proposições concretas. Então, uma questão seria fortalecer o papel dos Comitês de
264 Bacia no projeto e a outra, pensando o componente ‘agricultura familiar’, eu solicitaria que o
265 secretário de Desenvolvimento Agrário, o Glênio, propusesse uma discussão sobre o tema
266 agricultura familiar, no Conselho Estadual de Agricultura Familiar, para cobrarmos um pouco
267 mais do que eu posso cobrar aqui, em decorrência da existência de haver outros movimentos, e
268 por entender que temos que participar desse processo enquanto movimentos sociais, porque
269 nós temos também trabalhos de algum valor na questão da educação ambiental e do
270 conhecimento. Solicito ao Secretário Sávio a marcação da reunião reivindicada. O secretário
271 Miguel Corrêa da Silva Júnior informou que existe um termo de cooperação técnica para
272 capacitação a partir das bacias hidrográficas e que talvez necessite ser dimensionado para
273 atender às necessidades dos Comitês. O secretário se colocou à disposição para ouvir e,
274 inclusive, marcar uma reunião para tratar sobre o setor da agricultura familiar, conforme
275 proposto pelo conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento. **7) EXPEDIÇÃO NADANDO**
276 **COM O THEO PELO RIO DAS VELHAS - PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**
277 **Apresentação: SEMAD.** Item sobrestado. **8) PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO**
278 **E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ANO DE 2015. Apresentação: SEMAD.** O
279 diretor de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Eventos Críticos, Rodrigo Bueno Belo,
280 apresentou ao Plenário do COPAM a programação das ações de prevenção para o ano de
281 2015. Em seguida, prestou esclarecimentos solicitados pelos conselheiros. Segue síntese de
282 manifestações registradas durante a discussão pelo Plenário. A conselheira Maria Dalce Ricas
283 recomendou que a Seplag fosse questionada sobre os recursos arrecadados para combate e
284 prevenção a incêndios, mas que não são aplicados pelo Estado nessa área. “Além do recurso
285 da taxa de mineração, que é desviado pelo governo, e de não serem aplicados os recursos da
286 taxa de incêndio, ainda está previsto passar dinheiro para a Polícia Militar e o Corpo de
287 Bombeiros. Uma coisa que eu acho fundamental é que o Estado apoie as brigadas voluntárias.
288 Fazer curso não é suficiente. O Estado deveria, no mínimo, oferecer transporte, doar
289 equipamentos, sob condicionantes e compromisso.” Rodrigo Bueno Belo, da SEMAD: “Já têm
290 sido feitas algumas ações para reforçar as brigadas voluntárias, como atestar a participação do
291 voluntário nos combates, e, se ele tiver a intenção de ser brigadista, ser pontuado dentro do
292 edital. É uma das coisas que temos feito visando não só fomentar o voluntariado, mas
293 reconhecer a sua atividade. Programamos a compra de materiais com base na quantidade de

294 brigadistas, nos termos de cooperação que temos, envolvendo repasse de equipamentos e uma
295 sobra. Temos que ter um fôlego maior de compra de equipamento para conseguir atender essa
296 demanda. Temos procurado, através das unidades de conservação, formatar termos de
297 cooperação entre a SEMAD e as brigadas, com a interveniência do IEF.” Conselheira Maria
298 Dalce Ricas: “As prefeituras recebem ICMS Ecológico, e a maioria não dá qualquer contribuição
299 ao combate a incêndio. Eu sugiro que o Estado lidere um projeto de lei no sentido de gerar um
300 mínimo de compromisso entre os recursos recebidos e a cooperação das prefeituras para
301 proteger as unidades de conservação.” A conselheira Maria Dalce Ricas propôs ainda a
302 aprovação de moção para uma atuação mais incisiva da SEMAD junto ao DER e ao Dnit para a
303 manutenção das rodovias no entorno de parques. O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz
304 sugeriu o envio de ofícios ao DER e ao DNIT solicitando que seja acelerado, no período de
305 seca, o serviço de roçagem nas rodovias, especialmente próximo das unidades de conservação,
306 salientando ainda a necessidade de se retirar o material roçado das margens das estradas. **9)**
307 **DESMATAMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apresentação: SEMAD.** O
308 superintendente de Fiscalização Ambiental Integrada, Heitor Soares Moreira, fez apresentação
309 sobre o desmatamento em Minas Gerais, com dados consolidados a partir de 2011, destacando
310 a dinâmica do desmatamento, o monitoramento contínuo, o recebimento de informações sobre
311 o desmatamento, a fiscalização, os cenários do desflorestamento no Estado e as ações
312 adotadas pela SEMAD diante da situação apontada. Após a exposição, o superintendente
313 esclareceu pontos destacados pelos conselheiros. A conselheira Maria Dalce Ricas propôs que
314 seja adotado o procedimento de comunicação da situação irregular dos empreendedores aos
315 órgãos e bancos responsáveis por financiamentos. Sugeriu a realização de fiscalizações por
316 amostragem, contemplando as áreas prioritárias e mais significativas, e a manutenção de
317 fiscalização constante. E solicitou que a SEMAD apresente um planejamento dessas ações.
318 Heitor Soares Moreira, da SEMAD, esclareceu que o acompanhamento da fiscalização é feito
319 amostralmente, para se evitar o avanço do desmatamento e do uso irregular do solo. Quanto à
320 situação irregular de empreendedores, destacou que as decisões dos processos são tornadas
321 públicas. Daniela Diniz, Superintendente da SUCFIS, informou que será implantado, até o mês
322 de agosto, um sistema informatizado de autos de infração que irá facilitar a publicização das
323 autuações. Para a notificação aos bancos, considerou que é necessário haver o trânsito em
324 julgado do processo administrativo de auto de infração. O conselheiro Wagner Soares Costa
325 sugeriu a elaboração de um planejamento estratégico para os dez municípios destacados no
326 levantamento feito pela SEMAD, visando um trabalho mais efetivo dentro das áreas prioritárias,
327 especialmente no período de seca. Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Os
328 principais municípios indicados como desmatamento ilegal são aqueles onde existe maior
329 demanda por titulação e regularização fundiária não atendida pelo Estado. Deveria focar isso. E
330 tem que relativizar, pois 5 mil hectares em Januária significam uma coisa, e com 5 mil hectares
331 em Santana dos Montes teria-se cortado o município todo.” O conselheiro destacou ainda: “O
332 Banco Nordeste e o Banco do Brasil são os dois agentes financiadores de crédito da agricultura
333 familiar. O banco só libera (financiamento) se tiver projeto técnico, assinado pela Emater ou
334 pelos credenciados, e com autorização ambiental. Na minha opinião, é preciso focar a
335 fiscalização em cima de quem organiza a degradação e de quem transporta.” Heitor Soares
336 Moreira, da SEMAD: “É feita a priorização, conforme sugerido, no sentido de melhorar a
337 eficiência das ações fiscalizatórias, inclusive com sobrevoos. E temos atuado em toda a cadeia,
338 na questão da produção e do consumidor final, no polo siderúrgico, polo madeireiro, e
339 acompanhado também para verificar a origem desse material. Temos verificado o uso de
340 pequenos produtores como “laranjas”, até mesmo para poderem fugir do licenciamento
341 ambiental, repartindo ali vários empreendimentos e propriedades rurais. O monitoramento
342 contínuo aponta tudo, e nós temos priorizado o que, possivelmente, é irregular. Cruzamos as
343 informações com os dados da regularização e priorizamos o que é irregular.” Conselheiro Marco

344 Túlio Simões Coelho: “No Ibama, nós lançamos os embargos no sistema, que cria impedimento
345 para as questões de crédito bancário etc. Mesmo com o auto de infração estando em análise, o
346 embargo já está vigente, para cessar o dano. O Ibama não espera apuração final do auto de
347 infração para lançar o embargo no sistema.” O conselheiro solicitou que a SEMAD avalie a
348 possibilidade de se adotar esse procedimento também no Estado. O conselheiro Miguel Ângelo
349 Andrade recomendou à SEMAD a instalação de um processo de inteligência para apurar e
350 desestruturar eventuais quadrilhas que estariam atuando na exploração ilegal do desmatamento
351 no Estado. Heitor Soares Moreira, da SEMAD: “Hoje contamos com a parceria da Polícia Civil,
352 que apoia na pré-fiscalização, na caracterização e no levantamento das informações, e também
353 durante a fiscalização, na parte criminal, montando, inclusive, delegacias itinerantes para
354 facilitar o trâmite. É uma participação pontual em algumas operações, mas acontecem. Somado
355 a isso, temos o apoio da Polícia Militar, que tem feito essa parte da pré-fiscalização para,
356 quando formos a campo, já termos caracterizado quem são as pessoas, quem trabalha essa
357 dinâmica do desflorestamento.” Ainda respondendo questionamento do conselheiro Miguel
358 Ângelo Andrade, o superintendente Heitor Soares Moreira informou que poderá fazer
359 levantamento do quantitativo de processos criminais, indicando quem é submetido a esse tipo
360 de ação, para demonstrar a eficiência do sistema, e apresentar na próxima reunião. Conselheiro
361 Gibrán Conde Guedes: “Eu percebo a angústia de todos os conselheiros com relação à
362 fiscalização, mas não podemos nos esquecer de que, na Lei de Crimes Ambientais, nº
363 9.605/1998, a quantidade de pena prevista para os crimes, na grande maioria das vezes, é para
364 crimes de menor potencial ofensivo. Algum dos senhores conhece alguém que está preso por
365 ter desmatado? É levado preso, apresentado na delegacia, mas, daí há pouco, está na rua.
366 Então essa angústia vai continuar porque, infelizmente, a nossa lei traz um quantitativo de pena
367 que, às vezes, não inibe a ação econômica da atividade. Temos que lembrar desse detalhe
368 também, que é a Lei dos Crimes Ambientais que está em vigor.” **10) COMPENSAÇÃO**
369 **AMBIENTAL E FLORESTAL. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** A gerente
370 de Compensação Ambiental, Fernanda Teixeira Silva, apresentou ao Plenário do COPAM um
371 levantamento de dados relativos a compensação ambiental, compensação por
372 empreendimentos minerários e compensação de mata atlântica, fazendo um diagnóstico da
373 fixação e aplicação desses recursos, com análise da evolução das receitas e despesas a partir
374 do exercício de 2007. Síntese das manifestações registradas após a exposição da gerente do
375 IEF. Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Eu fiquei surpreso em saber que isso jamais foi
376 apresentado ao COPAM. Em ano nenhum, foi prestada conta ao COPAM sobre a compensação
377 ambiental. Eu fico, realmente, absurdado com essa informação de que em todos esses anos
378 não foi feita qualquer prestação de contas ao Conselho de Política Ambiental do Estado sobre
379 esse importante item.” Adriana Araújo Ramos, diretora-geral do IEF: “A lei traz uma priorização
380 para utilização desses recursos da compensação. Primeiro, coloca a questão da regularização
381 fundiária, depois, a contratação de bens e serviços e plano de manejo. Existe um Plano
382 Operativo Anual, aprovado pela CPB, em que ficou definido que 50% seriam para regularização
383 fundiária, 20% para plano de manejo e 20% para UCs. Foi definido e aprovado pela CPB. A
384 forma que encontramos de colocar as pessoas dentro das unidades de conservação, nos
385 parques, foi exatamente utilizando esses recursos da compensação. Não temos servidores
386 públicos nem dotação orçamentária específica. E o que é específico, esse recurso está
387 contingenciado. Hoje, quando fomos apresentar esse déficit nessa rubrica, tivemos um debate
388 bem acirrado na CPB, exatamente no sentido de que não poderíamos tirar da regularização
389 para pagar a prestação de serviços dessas pessoas nas UCs. Se um pouco está sendo feito,
390 são essas pessoas que estão lá no dia a dia tratando das questões de incêndios, invasões etc.
391 Eu, particularmente, não acho que seja viável e até possível mesmo assumirmos o recurso da
392 compensação para pagamento efetivo de servidores, mas é o mecanismo encontrado que
393 temos disponível hoje. Eu acho que deveria ser pago com uma fonte do Tesouro, com concurso

394 ou por recrutamento amplo. É uma série de questões que temos que tratar em âmbito de
395 governo. Mas eu gostaria de relatar para os senhores que eu não consegui hoje na CPB aprovar
396 esses planos de trabalho, primeiro, porque houve uma falha mesmo no próprio IEF, porque não
397 disponibilizamos no site. A outra questão é a discordância de alguns setores de utilizarmos esse
398 recurso da regularização para colocar nessa rubrica de prestação de serviços. Enquanto
399 diretora-geral, eu entendo, realmente, que o ideal não é utilizarmos... Mas é o que temos hoje.
400 Ou conseguimos aprovar isso ou não teremos essas pessoas lá na ponta, que estão fazendo a
401 gestão. Se tem alguma coisa acontecendo nas unidades, é em função do contrato da Verso e
402 Cristal.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “O Estado de Minas é o único que tem aprovação
403 de plano de trabalho com dinheiro da cobrança. É uma tradição muito forte, dentro da CPB,
404 aprovar planos de trabalho com mais de 50% dos recursos para regularização fundiária, porque
405 esse é o maior problema das unidades de conservação. E vemos que não foi feito nada. O
406 dinheiro está rubricado, e não foi feito nada. E sempre foi feito com o custeio. É por isso que a
407 Federação das Indústrias, hoje pela manhã, foi contra. Porque nós consideramos que o maior
408 problema é a regularização fundiária, o primeiro item da lei é regularização fundiária. Eu acho
409 que nós precisamos manter a tradição da CPB de dirigir mais recursos para regularização
410 ambiental. Nós já reduzimos. Quando começamos a regularização, era 70%, depois passou
411 para 60%, e agora está em 50%, e não foi gasto nada com o processo. Se deixarmos reduzir
412 para menos de 50%, as regularizações fundiárias das unidades de conservação não irão
413 acontecer. E esse é o nosso maior problema tanto estadual quanto das unidades federais.
414 Permanecem lá dentro as pessoas que foram desapropriadas, impedidas de produzir e de
415 ganhar dinheiro lá dentro, sem ter recebido o seu dinheiro, e ficam pondo fogo. Então
416 precisamos resolver esse problema e, para isso, precisamos resolver a questão da
417 regularização fundiária, tirar esse pessoal que está lá dentro. E, normalmente, são pequenos
418 produtores rurais. Os remanescentes que estão lá são sempre pequenos produtores rurais, e
419 ficam lá na amargura, 20 anos desapropriados, sem poder fazer nada nas suas propriedades.
420 Realmente, nos incomoda muito, tanto como cidadão quanto representante do setor produtivo,
421 que paga a compensação ambiental.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Nós temos a situação de
422 que os parques não podem ficar sem os guarda-parques. Nós não podemos deixar de apoiar o
423 IEF neste momento. A nossa proposta é que seja retirado recurso da compensação para manter
424 os guarda-parques e que seja aprovada moção do Plenário no sentido de que a Seplag assuma
425 o compromisso formal de que esses recursos retirados serão devolvidos, no prazo de seis
426 meses, de maneira que tenham a destinação. E que, durante esta atual gestão, a destinação
427 dos recursos seja feita de acordo com a previsão legal.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes
428 do Nascimento: “Eu acompanho, muito de perto, problemas derivados da criação de unidades
429 de conservação em função dos agricultores que lá estão. No meu entendimento, nem da parte
430 do governo nem da nossa, das diversas entidades, interessa, por exemplo, a situação do
431 Parque Estadual da Serra Negra, criado em 1988, com 160 famílias que lá estão até hoje nessa
432 situação, sofrendo multas e restrições. O governo não assume o parque, e eles não podem
433 nem, às vezes, abrir área visitação. É o que se chama de ‘parque no papel’, uma fonte de
434 conflito. No meu entendimento, essa opção de se usar o recurso para o custeio não é uma
435 opção que agrada ao IEF nem à SEMAD. Eu acho que a única maneira é manter o impedimento
436 de ser usado o recurso da compensação para o custeio, mantendo, pelo menos, esses 50%. A
437 situação financeira da SEMAD, do IEF, do IGAM é uma situação muito difícil e que só se resolve
438 com uma injeção de recursos orçamentários do Tesouro do Estado. Não é cobrança de uso da
439 água, não é compensação ambiental, não é doação... É recurso do Tesouro, e aí é disputa
440 política. Tem pouco, mas tem setor que leva mais do que o meio ambiente. E isso é histórico.”
441 Conselheiro Tarcísio Walter Gotelipe Reis: “Quanto à compensação, nós vemos na imprensa a
442 questão da segurança jurídica, inclusive, agora com a instrução de serviços para padronizar os
443 procedimentos. Como estão a situação com relação a divergências e essa questão de

444 padronização? Quais são as divergências, o que se está pensando, quais são as
445 interpretações? Se não houver uma convergência, como vamos unificar e dar segurança jurídica
446 para compensação ambiental?” O conselheiro solicitou ainda que a Associação dos
447 Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais seja incluída no Grupo de Trabalho.
448 Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu tenho acompanhado essa questão da CPB, e não é de
449 agora que surgem essas discussões, avaliações e interpretações do que se aplica, onde e como
450 se aplica. Desde os anos anteriores, havia toda essa questão de se seguir a legislação, que
451 define que o principal recurso captado seria para regularização fundiária. A proposta da Dalce
452 eu acho que perpassa uma série de outros assuntos, inclusive esse que foi comentado agora há
453 pouco, pelo conselheiro Manetta, sobre essa questão da compensação ambiental. Mais uma
454 vez, está se criando uma série de possibilidades. Eu acho que deveriam ser um pouco mais
455 detalhados esses aspectos e que houvesse um pouco mais de tempo para se fazer essa
456 avaliação. No caso específico dentro da CPB sobre a questão de mata atlântica, pelo que
457 entendi, em torno de uma semana de abertura para possíveis discussões, foram apresentadas
458 80 propostas. Dá para se entender que tem muito mais coisas por trás desses fatos. Então uma
459 possível criação de um grupo específico para fazer uma avaliação em conjunto com a
460 sociedade, o Estado, a SEMAD, para fazer uma adequação da CPB, eu acho de maior
461 importância no momento atual, em função dessas discussões, inclusive da própria segurança do
462 Estado, do secretário, quanto a essas aplicações. Eu acho que essa proposta é válida.” O
463 conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento propôs uma manifestação do COPAM e da
464 SEMAD ao governo do Estado no sentido de aumentar o orçamento do meio ambiente, e
465 recomendou que fosse encaminhada uma discussão ampla com o secretário de Planejamento e
466 Gestão e o próprio governador. **Deliberações do Plenário do COPAM.** Após as discussões
467 nesta sessão, o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental aprovou por unanimidade
468 as seguintes propostas apresentadas pela conselheira Maria Dalce Ricas: 1) Criação de uma
469 comissão especial de conselheiros do COPAM para se reunir com o secretário de Estado de
470 Planejamento e Gestão, para tratar sobre destinação de recursos da compensação ambiental
471 em Minas Gerais. Foram designados os seguintes conselheiros para compor a comissão: Maria
472 Dalce Ricas, Wagner Soares Costa, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento e Miguel Ângelo
473 Andrade. 2) Moção ao Secretário Helvécio Magalhães (SEPLAG) para que os recursos da
474 compensação ambiental não sejam utilizados para custeio de despesas com os servidores
475 lotados nas unidades de conservação e que sejam destinados, exclusivamente, ao que está
476 previsto em lei como sua finalidade. **11) INFORMES. 11.1) Loteamentos em torno dos**
477 **Parques Estaduais: Brigadeiro, Rola Moça e Rio Doce.** Item sobrestado. **11.2) Status da**
478 **revisão do Atlas da Biodiversidade.** Item sobrestado. **11.3) Arrecadação da taxa de**
479 **fiscalização da mineração.** Item sobrestado. **11.4) Regulamentação da Lei 20.922/2013.** Item
480 sobrestado. **11.5) Resultado do Grupo de Trabalho sobre Terras Devolutas.** Item
481 sobrestado. **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
482 presidente Luiz Sávio de Souza Cruz declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz